

UNIDAS COM BOLSONARO

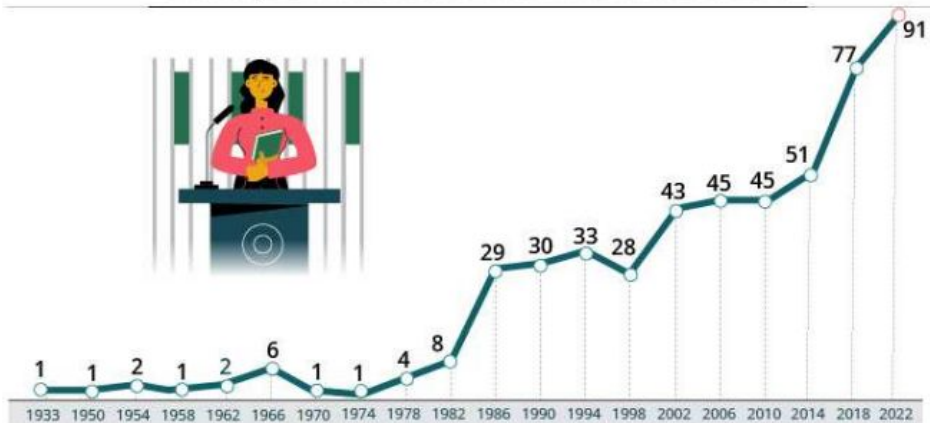
Uma análise do comportamento das mulheres conservadoras eleitas em 2018 no Twitter

Dra. Deborah Luísa Vieira dos Santos (UNIVALE)
Me. Mayra Regina Coimbra (UFSJ/UFJF)
Mestranda Lara Karoline Souza de Aquino (UNIP)



Contextualização

EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NA CÂMARA



- O número de mulheres eleitas na Câmara Federal aumentou de 51, em 2014, para 77 deputadas, em 2018. Nesse período, o cenário político e eleitoral no Brasil foi marcado por uma forte polarização ideológica entre a direita, a qual teve na eleição de Jair Bolsonaro (na época filiado ao PSL) o grande trunfo. Vinculada a um populismo digital, a onda bolsonarista também influenciou na eleição de governadores, deputados federais e estaduais
- Esse número ainda representa 15% do total de deputados eleitos
- Ao fazer uma análise do espectro político e ideológico, do total de parlamentares eleitas, 33 delas (43%) são do bloco de direita e centro-direita, sendo 18 alinhadas ao bolsonarismo de extrema-direita e 15 de centro-direita, que se alinham à maior parte do governo, mas destoaram em algumas pautas. Já as siglas de centro-esquerda, mais vinculadas às pautas feministas e femininas, elegeram apenas 26 deputadas (34%).

Contextualização

- Este estudo é fruto da tese de doutorado do PPGCOM-UFJF, vinculada ao grupo de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, e analisa 11 deputadas federais (14,3%) das 77 eleitas em 2018, acompanhando os discursos em suas respectivas redes sociais (na época o Twitter), no período de 1º de fevereiro de 2019, data referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal.
- Como metodologia de análise foi acionada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e a Análise de Conteúdo Automatizada (Cervi, 2018), a fim de investigar as categorias utilizadas pelas deputadas em seus discursos nas redes sociais. O objetivo é observar as narrativas construídas sobre cada uma, por si mesmas, com intuito de avaliar de que forma as questões de gênero perpassam – ou não – os discursos levantados por cada deputada, bem como as deputadas se alinham ou se afastam dos discursos conservadores do então governo Bolsonaro.



- Nos processos de socialização e disseminação do conhecimento, muitas barreiras criadas são capazes de interferir na subjetividade dos indivíduos e na sociedade como um todo, organizando-a com base em uma hierarquização entre os diferentes gêneros
- De acordo com Butler (2008), tais características são capazes de participar de uma estrutura regulatória que reforça a naturalização da cisheteronormatividade de maneira que os indivíduos em sociedade repetem os atos de gênero como uma performance ao longo de sua existência.
- Desde a socialização, há a hierarquização de valores que estão dispostos em um sistema de prioridades, os quais variam de acordo com a situação e com o gênero do indivíduo, capazes de oferecer componentes decisivos na formação da personalidade. Para os meninos, são repassados, em maior proporção, valores como independência, autorrealização e importância do desempenho
- Nesse sentido, Avelar (1989) explicita que a participação política se mostra mais condizente com a socialização oferecida aos homens do que aos valores repassados às mulheres, uma vez que os valores inerentes aos papéis sociais masculinos estão mais voltados para as atividades de realização e desempenho. Isso se reflete tanto nas candidaturas, quanto no discurso sobre elas.

Gênero: o pessoal é político

Se repetirmos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia sejam ocupados por homens (Adichie, 2015, p. 16/17)

- Miguel & Biroli (2014) apontam que a expectativa sobre o gênero interfere, inclusive, no que se espera da participação feminina na política e, para isso, apresenta os conceitos de política do desvelo e pensamento maternal, as quais partem de um olhar conservador e sexista, o qual reduz a mulher ao papel do gênero e limita sua atuação. Para os autores, ainda existe uma ideia de que a presença feminina na política traria benefícios pelo fato de relacionar as mulheres ao cuidado, em especial, com os mais indefesos, ou pela motivação de deixar um mundo mais seguro para seus descendentes (pensamento maternal).
- Ainda, a participação feminina na política poderia diminuir o caráter agressivo das atividades que são desenvolvidas nesse campo (política do desvelo). Esferas como amparo social, saúde, educação, meio ambiente, entre outras relativas ao cuidado, seriam uma marca dessa presença e superaria a ideia de “política por interesses”, comumente relacionada ao gênero masculino (Miguel; Biroli, 2014). Vale destacar que áreas relativas ao cuidado remetem ao lugar da mulher ser ainda considerado como vinculado ao espaço privado
- Os direitos reivindicados por séculos pelos movimentos feministas, LGBTQIAPN+, entre outros, passam a ser combatidos por neoconservadores. A relação público-privado e suas separações ou aproximações mostram-se como linhas tênues, sendo necessário ter um cuidado com os limites e consequências (Biroli; Machado & Vaggione, 2020). Barreiras construídas podem dificultar a participação de mulheres tanto no mundo do trabalho quanto na vida política.

Gênero: o pessoal é político

Midiatização da política

- Em um mundo digital, o conceito de redes sociais adquire novos contornos voltados para o desenvolvimento tecnológico e o desejo da sociedade de reaparelhar-se com a utilização do poder da tecnologia para servir à tecnologia do poder (Castells, 1999). Essas redes online conectam pessoas mesmo à distância, ampliando a capacidade de compartilhamento de informações, preferências e narrativas. Assim, o ciberespaço se amplia e proporciona, cada vez mais, a comunicação “muitos para muitos”.
- Evgeny Morozov (2018) explica que essas plataformas de redes sociais possuem interesses mercantis ocultos, de maneira que suas mudanças e problemáticas não são apenas questões comunicacionais e de desenvolvimento tecnológico, mas também são parte do contexto político e econômico vigente
- O uso estratégico da rede social pelas pessoas com o desejo de adentrar o mundo político tem sido recorrente, principalmente por ele driblar as mídias tradicionais de comunicação (Santos, 2022). Essa prática ficou mais evidente com o ex-presidente dos EUA Donald Trump, em 2016, e com o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em 2018, sendo uma tendência na era da infocracia (Han, 2022).
- Para Han (2022), a inserção dos meios de comunicação de massa (rádio, TV e impresso) e a submissão da política a eles produziu a midiocracia, na qual o discurso racional é destruído. Esse cenário se agrava com a crise democrática no regime da informação.

“Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo infoentretenimento, mas sobretudo pela propagação e proliferação viral de informação, a saber, pela infodemia” (Han, 2022, p. 34).

- Este estudo analisa 11 deputadas federais das 77 eleitas em 2018, acompanhando os discursos em suas respectivas páginas do Twitter (X), no período de 1º de fevereiro de 2019, data referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal. A formação do corpus se deu a partir de alguns critérios, sendo eles: I) a limitação de coleta do software utilizado para raspagem na base de dados do Twitter (que na época possuía a API aberta), o TAGS V.1; II) as deputadas que dentro da coleta possuíam publicações no período de 180 dias estabelecido (01/02/2019 a 31/07/2019), referente ao primeiro semestre de atuação na Câmara, o que reduziu de 77 para 29 deputadas; III) deputadas que apoiem os discursos bolsonaristas, total ou parcialmente, sendo de partidos que compuseram a base de apoio do governo Bolsonaro.

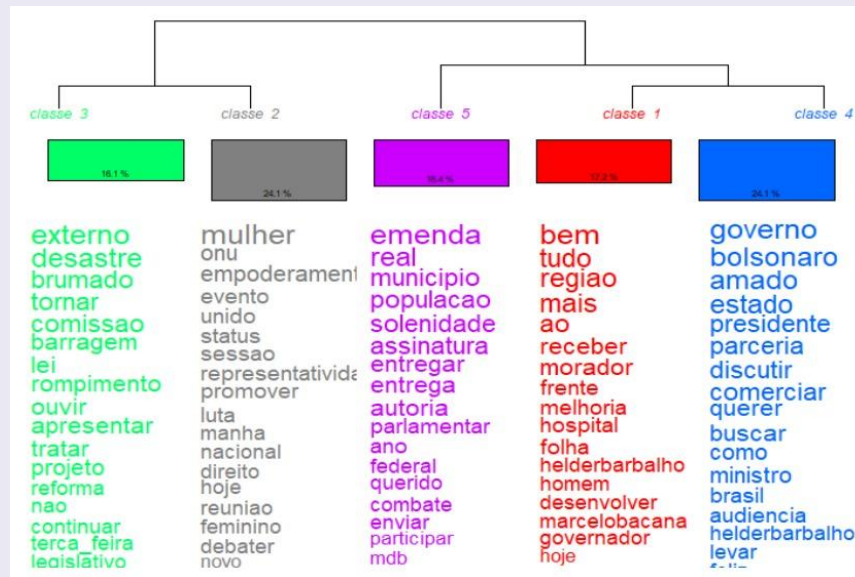
Metodologia e Análise

- Em relação à representatividade e às pautas feministas do Brasil de 2019 e 2023, é perceptível que este é um país ainda predominantemente machista, transfóbico, racista, que se reflete no conservadorismo do atual Parlamento brasileiro, em que as bancadas Ruralista, da Bala, da Bola e da Bíblia ainda são numerosos e influentes nas decisões da Casa (Santos, 2023). Em meio a esse contexto, as deputadas federais alinhadas mais à direita do espectro político, eleitas em 2018, a compor este estudo são: Profa. Dorinha Seabra (Democratas/TO), Elcione Barbalho (MDB/PA), Adriana Ventura (NOVO/SP), Iracema Portella (PP/PI), Paula Belmonte (PPS/DF), Magda Mofatto (PR/GO), Aline Gurgel (PRB/AP), Clarissa Garotinho (PROS/RJ), Liziane Bayer (PSB/RS), Mara Rocha (PSDB/AC) e Dra. Soraya Manato (PSL/ES).

- Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Professora Dorinha, nasceu em 1964 em Goiânia (GO) e foi eleita pelo Democratas, atual União Brasil. Em 2018 ela já estava no seu 3º mandato como Deputada Federal, no qual atuou na vice-liderança do partido na Câmara. Além disso, ela também esteve à frente da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins por quase uma década, foi líder da Bancada Feminina na Câmara e coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de abril de 2019 a abril de 2021.
- Nas redes sociais, no período de fevereiro a 31 de julho de 2021, Dorinha (@profdorinha) publicou 21 vezes contando tweets e retuites (RT).
- Como deputada de 2019 a 2023, Professora Dorinha ficou conhecida como a “mãe” do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), sendo relatora da PEC – Proposta de Emenda à Constituição – do Fundeb, aprovada em agosto de 2020 e regulamentada pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Entretanto, seu conteúdo a respeito da temática se apresenta muito generalista à proposta, sem muitos detalhes sobre a forma com que a política pública irá auxiliar as pessoas no sistema de educação.
- A deputada aborda a educação de maneira hegemônica e sem inserir grupos minorizados em debates e propostas, o que pode ser explicado pela sua filiação ao Democratas, atual União Brasil, um partido conservador e que está ligado a frentes parlamentares de defesa do status quo. Sua participação nas redes revela um posicionamento nada questionador em relação às estruturas de dominação masculina, refletindo o seu alinhamento com os grupos de políticos e do eleitorado conservador a que está ligada.

Profa. Dorinha (DEM/TO)

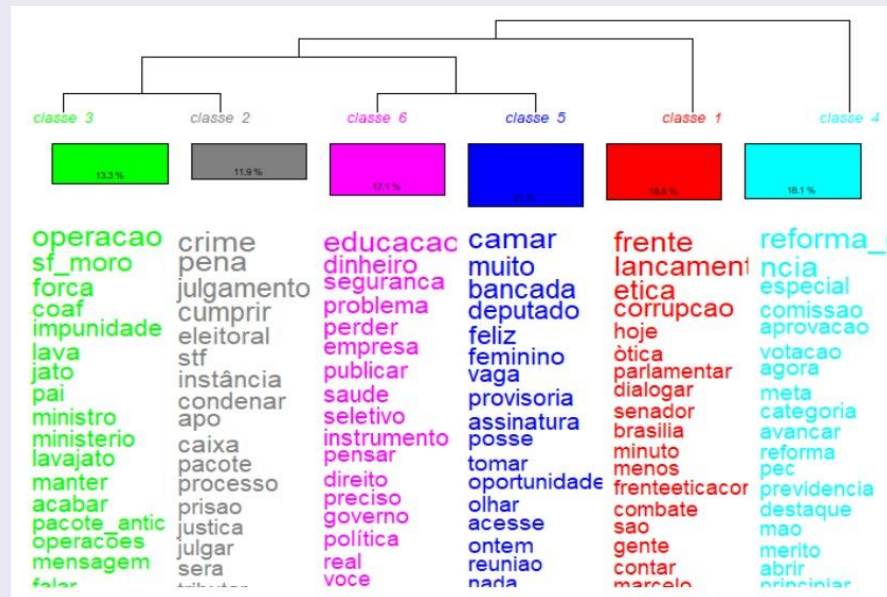
- Elcione Therezinha Zahluth Barbalho (@elcionebarbalho) nasceu em 1944 na cidade de Belém (PA) e foi eleita pelo então PMDB. Em 2018 ela já estava no seu 6º mandato como Deputada Federal, eleita com 165.202 votos. Uma das suas principais pautas é a defesa da mulher, em especial nos casos de violência. Além de Elcione há outros membros da sua família inseridos no mundo político. Seu esposo é Jader Barbalho, senador no MDB/PA, e seus filhos são Jader Barbalho Filho, atual Ministro das Cidades do Governo Federal, e Helder Barbalho, governador reeleito do Pará (MDB).
- Nas redes sociais, durante o primeiro semestre de 2019, Elcione publicou 163 tweets em sua página no Twitter.



Elcione Barbalho (MDB/PA)

Categoria	Mulher	Governo Bolsonaro	Account ability	Atuação junto ao governador do PA	Barragens e desastre ambiental
%	24,1%	24,1%	18,4%	17,2%	16,1%

- Adriana Miguel Ventura nasceu em 1969 na cidade de São Paulo (SP) e foi eleita pelo Partido Novo em 2018, como deputada federal, com 64.341 votos. Já em em 2022, foi reeleita com 109.474 votos, atuando como vice-líder do partido e participando da Secretaria da Mulher e de diversas comissões, como da previdência social, combate aos maus-tratos a animais e outros.
- Nas redes sociais, nos primeiros seis meses de mandato, Adriana (@adriventurasp) publicou 478 postagens em sua página no Twitter.



Adriana Ventura (Novo/ SP)

Categoria	Accountability	Frente Ética Contra a Corrupção	Reforma da Previdência	Lava Jato	Pacote Anticrime
%	20,95%	18,57%	18,1%	13,33%	11,9%

- Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima nasceu em 1966 na cidade de Teresina (PI) e foi eleita pelo Partido Progressista, com 96.277 votos. Foi vice-líder de seu partido e atuou na Secretaria da Mulher, na Procuradoria da Mulher e nas comissões de saúde, de direitos humanos, dentre outras. Em 2022, foi candidata à vice-governadora do Piauí, ficando em segundo lugar com seu companheiro de chapa, Silvio Mendes, com 41,62% dos votos válidos. Atualmente, Iracema atua como empresária e Presidente Nacional do Movimento Mulheres Progressistas.
- Em fevereiro de 2023, o Twitter (@iracemaportella) teve apenas quatro publicações entre 1º de fevereiro a 31 de julho de 2021.

- Dos quatro tweets, os temas citados foram trabalho infantil e Reforma da Previdência, nos quais refletiram a opinião e a postura adotada por Iracema em seus trabalhos na Câmara.
- Apoiando a postura do partido, assim como as propostas do Governo Bolsonaro, Iracema defende a Reforma da Previdência. Consequentemente, ela também não tenciona discussões que demonstram as nuances da população brasileira, do acesso ao sistema e das condições das diferentes mulheres brasileiras. Devido ao corpus pequeno, o software não foi capaz de construir um filograma com o resultado da classificação pelo Método de Reinert, em que é possível o agrupamento dos termos a partir de suas relações semânticas.

Iracema Portella

(PP/PI)

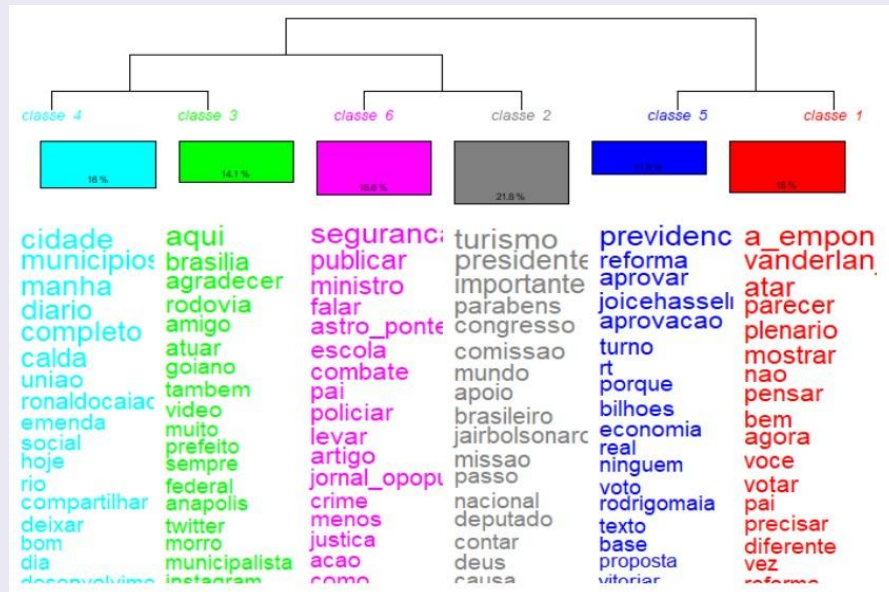
- Paula Moreno Paro Belmonte, nasceu em 1973 na capital paulista (SP) e foi eleita pelo PPS, atual Cidadania, com 46.069 votos. Foi vice-líder do partido, participou da Secretaria da Mulher e de diferentes comissões, como Cédulas Físicas para Plebiscitos, Defesa dos Direitos da Mulher, de Saúde, Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, Paula Belmonte foi vice-líder do partido na Câmara.
- Em fevereiro de 2023, Paula (@paulabelmonte) postou 405 tweets.



Paula Belmonte (PPS/DF)

Categoria	Educação	Account ability	CPI do BNDES	Defesa das crianças	Economia
%	23,6%	21,6%	20,3%	19,5%	14,9%

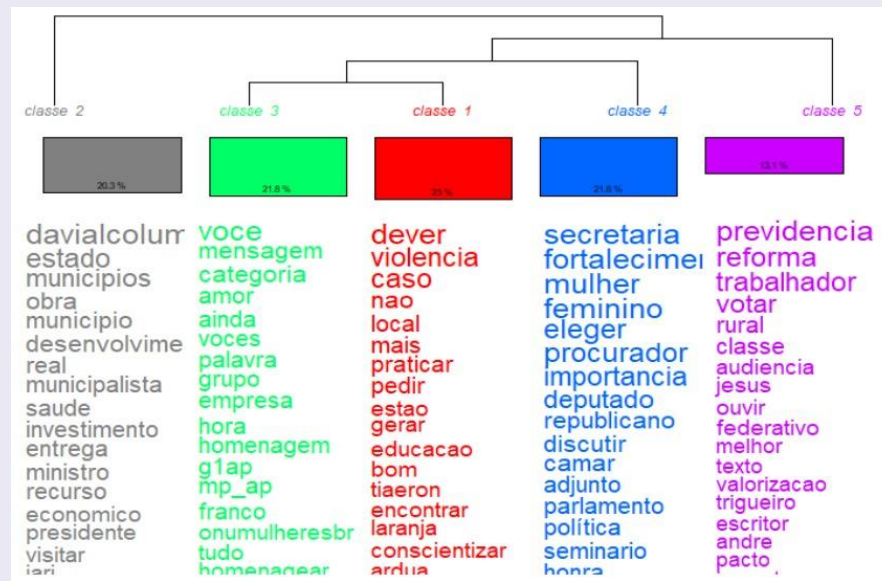
- Magda Mofatto Hon nasceu em 1948, na cidade de Limeira (SP) e foi eleita pelo PTB, realizando o seu 4º mandato como deputada federal com 88.894 votos. Já em 2022 ela foi reeleita com 81.996 votos pelo PL, partido ao qual se filiou em 2019. Magda também foi vereadora em Caldas Novas (GO), pelo PMDB, de 1993 a 1996 e pelo PSD, de 2001 a 2002; foi deputada estadual de Goiás, pelo PMDB, de 2002 a 2004 e prefeita de Caldas Novas (GO), pelo PTB, de 2005 a 2007; e retornou ao cargo de vereadora da cidade pelo mesmo partido, de 2008 a 2010.
- No período de coleta, Magda (@MofattoMagda) postou 253 vezes entre tweets e retuites, priorizando aliados políticos, como o ex-presidente Bolsonaro e o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro.



Magda Mofatto (PR/GO)

Categoria	Apoio ao governo Bolsonaro	Account ability	Mandato municipalista	Goiás	Reforma da Previdência
%	21,8%	18%	16%	14,1%	11,5%

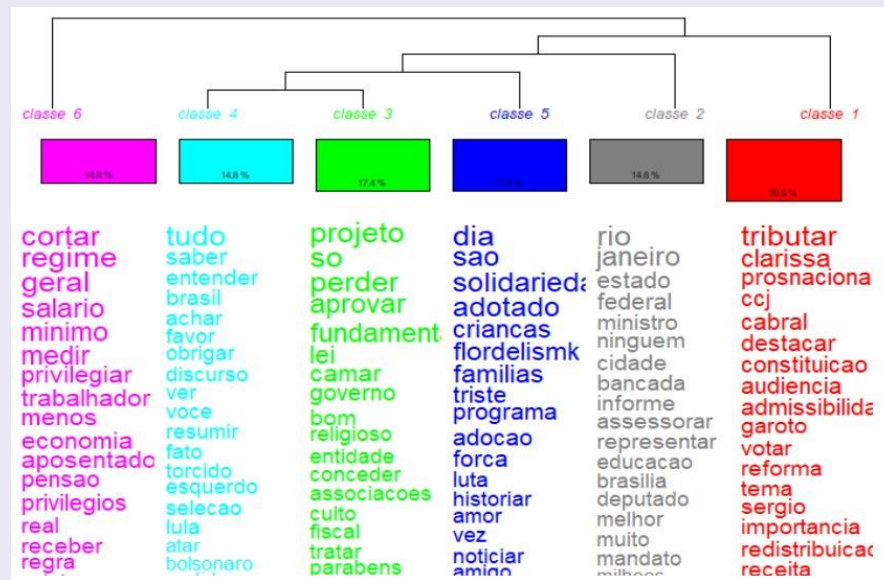
- Aline Paranhos Varonil Gurgel nasceu em 1980 no Macapá (AP) e foi eleita com 16.519 votos pelo PRB, em 2018. Ela atuou na Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Governo do Estado do Amapá, em 2017 e foi presidente da União dos Vereadores do Estado do Amapá (UVEAP) de 2014 a 2019. Atualmente, Aline é filiada e presidente do Republicanos Amapá.
- No seu perfil do Twitter (@alinegurgel_ap) postou 524 vezes, entre tweets e retuites.



Aline Gurgel (PRB/AP)

Categoria	Bandeiras do mandato	Bancada do Amapá	Contexto atual	Bancada feminina	Reforma da Previdência
%	23%	20,3%	21,8%	21,8%	13,1%

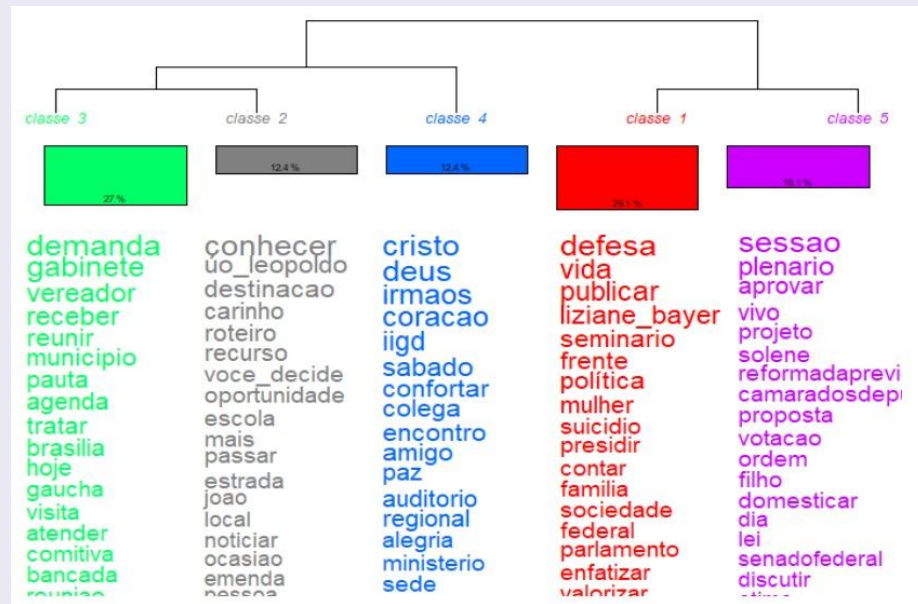
- Clarissa Barros Assed Matheus de Oliveira nasceu em 1982 na cidade de Campo dos Goytacazes (RJ) e vem de uma família conhecida politicamente: filha dos ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, e irmã do prefeito de Campo dos Goytacazes-RJ, Wladimir Garotinho. Como deputada federal, elegeu-se em 2014 pelo PR, reeleita pelo PROS em 2018, e em 2020, chegou a candidatar-se à prefeitura do Rio de Janeiro, ficando em 11ª posição com 12.178 votos.
- Em fevereiro de 2023, Clarissa (@dep_clarissa) postou 256 vezes, com um discurso alinhado aos do ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores, voltado para a defesa da liberdade, da vida e dos valores da família.



Clarissa Garotinho (PROS/RJ)

Categoria	Reforma tributária	Account ability	Bandeiras do mandato	Rio de Janeiro	Reforma da Previdência	Crítica à polarização
%	20,9%	17,4%	17,4%	14,8%	14,8%	14,8%

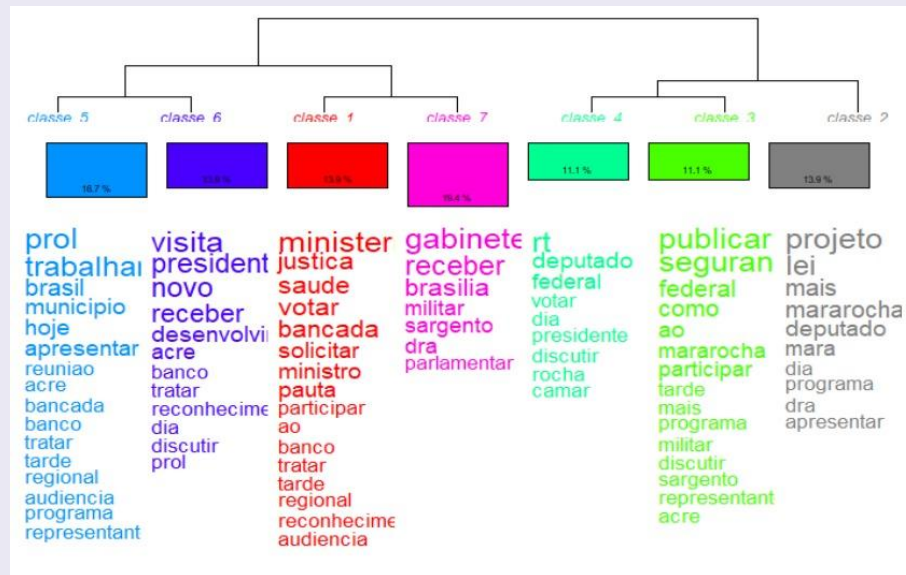
- Liziane Bayer Da Costa nasceu em 1981 na cidade de São Pedro do Sul (RS) e foi eleita em 2018 como deputada federal pelo PSB, partido de centro-esquerda e alinhado com pautas identitárias e feministas. Ela se coloca como cristã, esposa, mãe e estudante de Gestão Pública, trazendo como principais bandeiras a saúde da mulher, o incentivo ao empreendedorismo, a educação e a segurança pública. Atualmente, é filiada ao Republicanos e é a primeira suplente do senador General Mourão, eleito em 2022 pelo Rio Grande do Sul.
- Liziane (@lizianebayer) fez 667 publicações, reforçando seu compromisso com a família e a vida, discurso alinhado ao bolsonarismo



Liziane Bayer (PSB/RS)

Categoria	Bandeiras do mandato	Agenda	Accountability	Atuação pelo RS	Atuação como cristã
%	29,1%	27%	19,1%	12,4%	12,4%

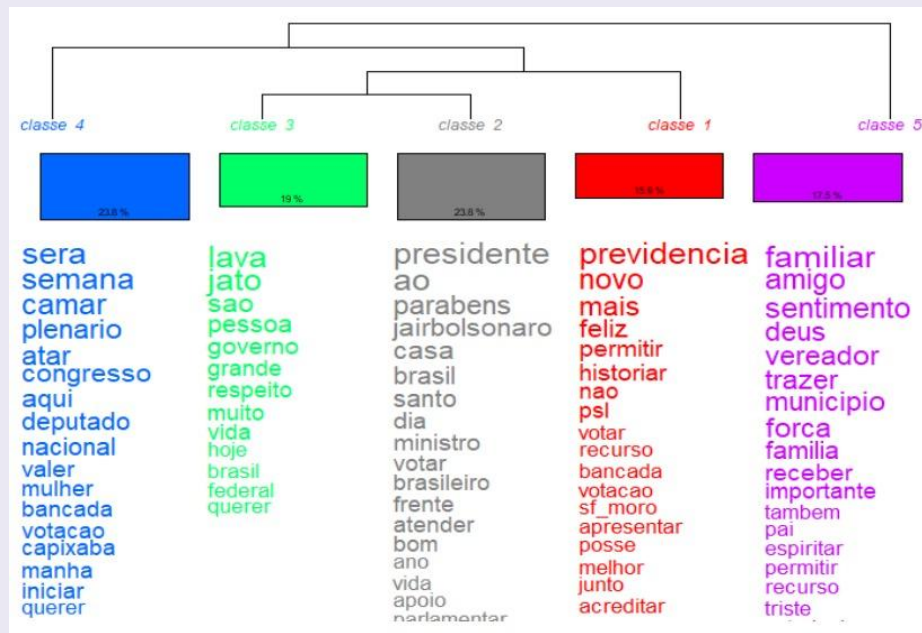
- Cylmara Fernandes Da Rocha Gripp, nasceu em 1973 na cidade de Rio Branco (AC) e foi eleita em 2018 pelo PSDB, sendo a mais votada pelo Acre com 40.047 votos. Mara foi titular na Secretaria da Mulher e participou da comissão de Desenvolvimento Urbano, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Defesa das Pessoas com Deficiência, Programa Bolsa Família, entre outras.
- Mara ingressou no Twitter (@soumara15), como conta oficial, no dia 8 de fevereiro de 2019, uma semana após sua posse na Câmara. No período da coleta, ela realizou 72 publicações, entre tweets e retuites.



Mara Rocha (PSDB/AC)

Categoria	Agenda	Accounta bility	Projetos e leis	Acre	Seguranç a Pública	Atualidade s
%	19,4%	16,7%	13,9%	13,9%	11,1%	11,1%

- Soraya de Souza Mannato nasceu em 1961 na cidade de Linhares (ES), sendo eleita em 2018, com 57.741 votos, filiada ao União Brasil e PTB, ambos em 2022. Atuou como vice-líder dos partidos e participou da Secretaria da Mulher e das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Constituição e Justiça e de Cidadania, Direitos das Pessoas com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, entre outros.
- Em seu perfil do Twitter (@DraManato), Soraya fez 127 publicações durante o primeiro semestre de mandato.



Dra. Soraya Manato (PSL/ ES)

Categoria	Governo Bolsonaro	Account ability	Apoio à Lava Jato	Atualidades	Reforma da Previdência
%	23,8%	23,8%	19%	17,5%	15,9%

Unidas com Bolsonaro

- É possível analisar que a narrativa adotada pelas deputadas em suas publicações na rede social possuem um caráter conservador, sendo às vezes contraditório e hegemônico. Além disso, há um certo caráter evitativo em pautas consideradas polêmicas, como a legalização do aborto e em propostas de mudanças efetivas para grupos minoritários e marginalizados da sociedade.
 - Assim como apontado por Varela (2019), o conceito de neolíngua foi amplamente utilizado na categoria “Mulher”, de maneira que a narrativa apresentada pelas parlamentares busca distorcer o conceito de gênero ao mesmo tempo que evita tratar camadas mais profundas que impactam a vida de grupos minoritários e marginalizados.
- Dessa forma é reforçada a dominação masculina não só na sociedade, mas também nas propostas de mudanças estruturais da mesma. Valores maternais reforçados nas mulheres, como proposto por Avelar (1989) também são identificados nas categorias voltadas para a educação e a defesa das crianças, que também são tratados de maneira hegemônica.
 - As pautas levantadas são fortemente alinhadas a um discurso conservador, refletindo o alinhamento das deputadas com os seus respectivos grupos políticos e eleitores. Assim como no governo Bolsonaro, é possível notar que algumas das parlamentares analisadas têm sua atuação política ligada aos interesses das suas oligarquias e da família tida como tradicional brasileira. Há exemplo de Elcione Barbalho, no qual seu esposo, Jader Barbalho, e seus filhos, Jader Barbalho Filho e Helder Barbalho, também estão inseridos no mundo político.

Unidas com Bolsonaro

- Na categoria “Governo Bolsonaro” há críticas, assim como pautas em comum, como a Reforma da Previdência, a facilitação do porte de armas e a segurança pública. Há exemplo de Iracema Portella, favorável à Reforma da Previdência, que não leva em conta a intersecção da sociedade brasileira, no qual o sistema afeta as mulheres e outros grupos pertencentes a diversas classes e condições. Já Aline Gurgel, mesmo inserida na Bancada Evangélica e próxima à lógica cristã, demonstra preocupação e busca atuar na defesa de grupos interseccionais, como mulheres indígenas.
- Já em categorias voltadas para as mudanças econômicas, é possível identificar um alinhamento no que diz respeito aos interesses voltados à mínima interferência do Estado, partindo de uma perspectiva neoliberal. Como apontado por Morozov (2018), esse discurso está fortemente amparado pelos interesses mercantis ocultos das próprias plataformas de redes sociais, que ultrapassam as questões comunicacionais. Ou seja, a suspensão atual do Twitter/X é um exemplo do descumprimento de leis vigentes no país, sustentada de maneira fraca pela liberdade de expressão ilimitada.

Considerações Finais

- De acordo com o objetivo de observar as narrativas construídas pelas parlamentares selecionadas, a partir do seu recorte e da base teórica levantada para essa pesquisa, foi possível observar que o grupo de deputadas analisadas é alinhado aos interesses do governo Bolsonaro. Nos aspectos abordados em pautas econômicas, o discurso utilizado condiz com a proposta neoliberal e de pouca interferência do Estado.
- Além disso, no que diz respeito às questões de gênero, há um caráter ambíguo em certas questões, ora alinhadas ao governo, ora discordante, como o caso da parlamentar Aline Gurgel e sua preocupação na defesa de grupos interseccionais. Em outros momentos, é possível identificar características conservadoras presentes na relação Estado-igreja, em que deputadas como Liziane Bayer apresenta uma defesa dos direitos das mulheres limitada a aspectos ligados à família e à maternidade, ligados aos interesses conservadores da igreja e do discurso pregado pelo governo Bolsonaro.
- As deputadas selecionadas na pesquisa, de modo geral, demonstram em suas narrativas na rede social online um caráter evitativo em relação a pautas polêmicas e que atuam como real transformação na vivência de grupos interseccionais em sociedade. De certa forma, esperava-se que uma maior inserção feminina na política traria mais políticas públicas para as mulheres. Entretanto, a pesquisa revela como a dominação masculina e os interesses das classes dominantes ainda estão fortemente enraizadas no Brasil.



Referências

Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todos feministas*. Companhia das Letras.

Amâncio, L. (1993). Gênero: representações e identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, p. 127-140.

Avelar, L. (19889). *O Segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Editora Unicamp.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

BBC News Brasil. Elon Musk conclui compra do Twitter por US\$ 44 bi e demite executivos. *BBC News Brasil*, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63422571>. Acesso em: 24 set. 2024

BEAUVOIR, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Biroli, F; Machado, M. D. C. & Vaggione, J. M. (2020). Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. *Boitempo*.

Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Carlón, Mario. (2015). Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. *Dicotomía público/privado: estamos no camino certo*, p. 211-232.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Referências

Cervi, E. U. (2018). Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. [Trabalho apresentado em congresso]. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil

Cesarino, L. (2020). Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 404-427).

Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In: Strey, M. N.; Cabeda, S. T. L. & Prehn, D. R. (org.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. EDIPUCRS, p. 13-38.

Globo Comunicação e Participações S.A. MP recorre pela cassação da dep. fed. Elcione Barbalho (MDB) por suposto uso indevido do fundo eleitoral. Portal GI, Pará, 2020. Disponível em: <https://gl.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/25/mp-recorre-pelacassacao-da-dep-fed-elcione-barbalho-mdb-por-suposto-uso-ilegal-de-cota-de-genero-dofundo-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Globo Comunicação e Participações S.A. Rede social X é suspensa no Brasil após ordem de Moraes. Portal GI, Tecnologia, 31 ago. 2024. Disponível em: <https://gl.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/31/rede-social-x-suspensa-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

Han, Byung-Chul. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Vozes.

Heilborn, M. L. (1994). De que gênero estamos falando? *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. 1(2), p.1-6.

Miguel, L. F. & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política*. Boitempo.

Referências

Morozov, E. (2018). Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Ubu.

Recuero, R. (2009). Redes Sociais na Internet. Editora Sulina.

Santos, D. L. V. (2023). As brasileiras no poder: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16236>

Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 15(2), p. 71-99.

Silva, M. G. D et al. (2023). Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). Sociedade e Estado, 38, 95-124.

Varela, N. (2019). Feminismo 4.0: la cuarta ola. Ediciones.